



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Movimentos Sociais e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

### DA EROÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL-CONSERVADOR À DITADURA: UMA análise preliminar do movimento estudantil no RJ (1960-1980)

GRAZIELA SCHEFFER MACHADO <sup>1</sup>  
TAINÁ CAITETE <sup>1</sup>  
MÁRCIA CASSIN <sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo é oriundo da investigação exploratória de fonte documental e bibliográfica sobre os cursos de Serviço Social no Rio de Janeiro no período de 1960-1980. O objetivo geral é analisar o Serviço Social na história da ditadura no Rio de Janeiro articulando as lutas e movimentos sociais de resistência visando identificar processos de erosão dos fundamentos tradicionais-conservadores da profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; ditadura; lutas sociais; movimentos sociais.

**ABSTRACT:** The article comes from an investigation of documentary and bibliographic sources on Social Work courses in Rio de Janeiro in the period 1960-1980. The general objective is to analyze Social Work in the history of the dictatorship in Rio de Janeiro, articulating the struggles and social movements of resistance in order to

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Rio De Janeiro

identify processes of erosion of the traditional-conservative foundations of the profession.

**KEYWORDS:** Social Work; dictatorship; social struggles; social movements.

## **INTRODUÇÃO:**

Os processos de transformação social no Brasil são repletos de “modernização conservadora” e revoluções “pelo alto”, elementos típicos das vias “não clássicas” de desenvolvimento do capitalismo. A ditadura civil-militar foi uma reedição da solução que a burguesia brasileira historicamente deu às exigências de mudança: a introdução do novo pela preservação do arcaico. O autoritarismo exponenciado pela forma de dominação burguesa que se estabeleceu com o golpe de 1964 serviu de fermento para que o Serviço Social brasileiro iniciasse um intenso e profundo movimento de revisão de suas bases conservadoras, no bojo do qual o movimento estudantil cumpriu papel de destaque. O artigo se estrutura em três conjunturas históricas que abarcam as décadas de 1960, 1970, 1980 nas quais se desenvolveram processos de repressão, resistências e rupturas com Serviço Social conservador-tradicional. O estudo preliminar visou uma primeira aproximação analítica acerca dos impactos da ditadura nas Escola de Serviço Social da PUC-RIO (ESS-PUC-RIO), Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), na Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN-UFF) Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FSS-UERJ). O fio analítico do Serviço Social na história da ditadura articulada a questão social e lutas sociais é que buscamos analisar dinâmica da politização, repressão e resistências vivenciadas nos cursos de Serviço Social no Rio de Janeiro, em especial, o movimento estudantil do período.

### **1. O CARÁTER DE CLASSE DA DITADURA CIVIL-MILITAR**

A ditadura instaurada com o golpe burguês e militar de 1964 abriu um capítulo

tenebroso de nossa história, marcado pela violência, exploração, censura e autoritarismo. Diante da instabilidade política que se abriu na primeira metade da década de 1960 e da iminência de implementação das reformas de base que poderiam interferir nos interesses imperialistas, as frações da classe dominante, com a tutela das forças armadas e de organizações de direita, articularam o golpe que deu início à ditadura do grande capital (IANNI, 1981). Em sua essência, o golpe constituiu uma contrarrevolução preventiva, isto é, uma reação da classe dominante frente ao avanço das lutas sociais e à possibilidade de reversão da dependência e da subsunção ao imperialismo. O modelo econômico instituído pelos militares, pautado na superexploração da força de trabalho e na associação ao capital estrangeiro, consolidou a concentração e centralização monopolista, alavancando a acumulação capitalista e o desenvolvimento das empresas multinacionais, no período que ficou conhecido como “milagre brasileiro”.

A inserção subordinada do Brasil no mercado mundial no contexto de expansão do capital financeiro demandava um Estado fortemente autocrático, capaz de reprimir os trabalhadores que resistissem à brutal exploração a que seriam submetidos e induzir o desenvolvimento econômico de forma associada ao capital estrangeiro. Nisto reside o caráter de classe da ditadura: o golpe civil-militar de 1964 foi a forma encontrada pelo grande capital para apoderar-se do Estado e dirigir o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil. Em outros termos: “o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura” (IANNI, 1981, p. 8).

De acordo com Fernandes (2005, p. 313), o Estado teve um papel central para que a irrupção do capitalismo monopolista se tornasse viável e irreversível, absorvendo o modelo da grande corporação capitalista nos níveis organizatório, tecnológico e político, de forma a garantir a adaptação do espaço econômico e político aos requisitos estruturais e dinâmicos desse novo padrão de desenvolvimento capitalista. Os requisitos de tal desenvolvimento exigiam, por sua vez, um elevado grau de estabilidade política que só uma extrema concentração do poder seria capaz de garantir: “uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia

qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa”.

Os crimes praticados pela ditadura estão registrados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que aponta um total de 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar. Destes, 191 foram mortos, 210 continuam desaparecidos e 33 é o número de desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado. O Ato Institucional 5 (AI-5), o mais repressivo de todo o período ditatorial, autorizou a cassação de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos de civis, censura prévia da imprensa, fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas e outras medidas de exceção que, no seu conjunto, conduziram o país aos “anos de chumbo”. Toda essa violência e repressão respondiam a um propósito claro: impedir a reação da massa dos trabalhadores ao conjunto de medidas econômicas introduzidas com o capitalismo monopolista, em especial o arrocho salarial.

Em que pese a brutal repressão política aos dissidentes da ditadura, a contradição fundamental de nossa sociedade movida pela luta de classes fermentou o fortalecimento da oposição por dentro do regime, pressionando por um processo de abertura “a partir de baixo”. O fortalecimento dos movimentos sociais, da campanha pelas “diretas-já”, do novo sindicalismo e do recém-criado Partido dos Trabalhadores foi decisivo na derrota do regime militar. Registra-se, ademais, a resistência encabeçada pelo movimento estudantil no interior das universidades, cujo alcance influenciou em grande medida o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, conforme se verá a seguir.

## **2. Movimento Estudantil na erosão do Serviço Social tradicional-conservador no Rio de Janeiro**

No período entre 1960 a 1963, gestou-se no Brasil a consciência nacional-popular e de engajamento político nas lutas por reformas estruturais gesto culminando na politização que influenciou operários, camponeses, estudantes e intelectuais (AMMANN, 2003). O Movimento Estudantil na efervescência política da década 1960 teve forte envolvimento nas lutas nacionalistas e na defesa das

reformas de base. Entre as lutas realizadas pela UNE, registra-se: a demissão de Roberto Campos do BNDE; a campanha contra as Leis de Diretrizes e Base que estimulava a privatização da política de educação; a Reforma Universitária; a greve de 1/3 que reivindicava participação ativa nos processos decisórios das universidades que conseguiu atingir uma paralisação de 3 meses, agregando de 90 % estudantes; a greve de repúdio à tentativa de golpe de 1961 e organização do comício de 13 de março de 1964. Nesse comício o Presidente Jango discursou na Central do Brasil radicalizando a defesa das Reformas de Base e da democracia. Denunciou simultaneamente as “pressões” dos militares e dos segmentos da burguesia (SILVA, 1989). A reação conservadora às múltiplas transformações de cunho nacionalista e popular veio por meio da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que agregou inúmeras manifestações públicas, abrindo definitivamente o clima de “legitimidade” para o Golpe Civil militar. As lutas em defesa das reformas de base foram coibidas pelo golpe civil-militar de abril de 1964, porém não conseguiu frear o movimento de busca por transformação na sociedade brasileira.

Na Igreja Católica brasileira surgiu a “Esquerda Católica” sob a inspiração da teologia francesa humanista e influenciada pela Revolução Cubana, que contribuíram para a radicalização do movimento estudantil da Juventude Universitária Católica (JUC). Fruto dessa politização estudantil gesta-se em 1962 entre os militantes da JUC e do Movimento pela Educação de Base (MEB), a Ação Popular (AP), movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo e caracterizado pela utilização do método marxista. Após o golpe, a AP se distanciou da Igreja, e parte dos seus integrantes no decorrer da ditadura ingressaram no Partido Comunista do Brasil (PC do B). (LOWY, 2000, p. 140).

O Movimento pela Educação de Base, buscava ir além da alfabetização dos pobres, no sentido de conscientizar a população pobre para que pudessem tornar-se agentes de sua própria história. Os assistentes sociais comprometidos com essa perspectiva realizavam um trabalho de alfabetização, animação popular e sindicalização dos trabalhadores. Sendo assim, os assistentes sociais e estudantes envolvidos na militância da esquerda católica e MEB, fazem a “opção pelos pobres”

e assumem o papel de “agente de mudança”, atuando em atividades de educação popular e formação política junto aos considerados marginalizados (BARROCO, 2006).

Destaca-se que Serviço Social a partir das pautas nacional-desenvolvimentista e da vitória da Revolução Cubana impulsionou críticas ao imperialismo que refletiam acerca dos métodos estrangeiros utilizados na formação profissional e exercício profissional no Brasil. Segundo Netto (2011), havia três correntes de Desenvolvimento de Comunidade (DC) que tencionavam o Serviço Social tradicional no Brasil, que eram: 1) DC enquanto alteração do exercício profissional; 2) DC numa perspectiva macro societária propondo mudanças estruturais dentro do ordenamento capitalista; 3) DC enquanto instrumento de transformação social articulado à libertação das classes e camadas populares.

No tocante à organização dos estudantes do Serviço Social na União Nacional de Estudantes (UNE,) ocorreu na agitação política do início de 1960 na cidade de Porto Alegre, sendo eleitos Nilo Jardim presidente e Eva Faleiros vice-presidente da recém-criada, Executiva de Estudantes do Serviço Social (1962), frisa-se que ambos eram militantes da Ação Popular (SCHEFFER, DUARTE, 2022). Nesse período, os movimentos estudantis do Serviço Social, nos congressos estudantis exigiam mudanças curriculares radicais, voltadas para conhecimento da realidade. Também, divulgavam fervorosamente conceitos emanadas do ISEB e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), associadas às novas tendências sobre cristianismo (COSTA, 1995, p.71).

Esses aspectos supracitados acima evidenciam processos de erosão do fundamentos tradicionais-conservadores da profissão, marcados pela inserção dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais, pela emergência de uma esquerda católica progressista, pelo movimento estudantil e pela aproximação com o referencial das ciências sociais críticas (NETTO, 2008).

É importante notar que o primeiro curso de Serviço Social no Rio de Janeiro foi criado na PUC-Rio foi em 1937, oriunda da Semana de Ação Social realizada em 1936 pela Igreja Católica. Tal atividade foi incentivada pelos segmentos dos

intelectuais brasileiros ligados aos campos estatais do judiciário e saúde, apoiado por militantes da renovação católica, fundou o Instituto de Educação Social e Familiar, mantido pela Associação de Educação Familiar e Social. Seu quadro docente englobou figuras importantes da militância católica como o Dr. Alceu de Amoroso Lima e D. Hélder Câmara.

No que tange ao período estudado na pesquisa no período de 1960-1979 destaca-se na tabela abaixo uma síntese dos trabalhos de conclusão de curso sobre os principais métodos vinculados ao chamado caso, grupo e comunidade<sup>2</sup>:

<b>Tabela1-Métodos- TCC's- Período Histórico</b>				
Método/ Ano	60/65	66/69	70/75	76/79
Serviço Social de Casos	2	5	8	12
Serviço Social de Grupos	9	7	22	45
Serviço Social e Comunidade	13	3	5	2
Análise e sistematização de prática profissional e outros temas	19	23	34	25
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>38</b>	<b>69</b>	<b>84</b>

A partir dos dados apresentados é possível observar uma maior incidência das temáticas vinculadas ao Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC), na primeira metade da década de 1960, fruto da ebulição política do nacional-desenvolvimentismo no país. Contudo, vai decaindo radicalmente após golpe de 1964 ao longo dos demais períodos analisados, ao passo que o debate acerca de grupos foi crescendo sua participação no total de trabalhos apresentados. Portanto, podemos supor que um dos impactos da ditadura foi recuo das atividades comunitárias na formação profissional e o enfraquecimento do vínculo “político” que

2 Cabe registrar que dado que estes trabalhos de conclusão de curso não puderam ser consultados em virtude constarem em sua maioria como “desaparecidos” ou “não-disponíveis”, no banco de dados da PUC/RJ, nossa análise foi baseada nos títulos dos trabalhos, cabendo no prosseguimento desta pesquisa que ainda está em sua fase exploratória apresentar análises mais aprofundadas.

vinha se gestando na época. Acerca dos trabalhos que apresentavam estudo de casos seguiram uma participação constante e crescente até o final do período analisado. Outro elemento que destacamos refere-se as principais temáticas observadas, entre elas: favelas e comunidade, que principalmente na primeira metade da década de 1960 tem maior incidência, seguidas por saúde, habitação, adoção, educação, e temas referentes a organização da classe trabalhadora em especial destacamos as trabalhadoras domésticas. Ao longo dos demais períodos, observam-se uma ampliação em temáticas como saúde que segue um percurso ascendente até o final da década de 1970; temáticas relacionadas a educação, criança e adolescente, trabalho e reabilitação

Conforme França (2022), em relação a repressão-resistência na PUC-RIO ressalta que apesar do golpe de 1964 e o decreto do AI-5 o movimento estudantil puquiano não houve uma interrupção da atividade estudantil durante os tempos de chumbo, cujo processo expressa uma continuidade de organização do movimento num quadro de continuidades e descontinuidades de ações e estratégias de luta pela redemocratização do país. A autora ressalta que apesar do movimento estudantil da PUC-Rio estar em convergência com os movimentos universitários de outras instituições de ensino brasileiras da época articulada a atuação a luta antiditatorial com a campanha pela transformação da universidade, entretanto, apresentava-se particularidades influenciadas pela realidade local da PUC-Rio naquele momento. Com base relatos dos estudantes militantes depoentes do Projeto de Memória sobre movimento estudantil, destaca-se que a PUC-Rio ocupava no imaginário social um lugar de maior liberdade quando comparada à maioria das outras instituições de ensino superior brasileiras, cujos anos de 1969 e 1970, estas instituições eram vistas como “um “ponto de encontro da democracia”. A autora destaca que essa maior autonomia e liberdade no contexto da ditadura se articula há dois fatores: 1) Controle da universidade pela Igreja Católica, 2) Os estudantes eram oriundos de classes abastadas do RJ. Portanto,

[...] a PUC dava uma proteção especial, por ser um campus controlado pela Igreja Católica, e porque tinha os diretórios. Ela tinha uma organização, os diretórios tinham sede. Tinha um mimeógrafo [...] essa mínima organicidade da PUC atraiu o movimento para lá. E as primeiras grandes manifestações no Rio de Janeiro em



protesto contra as prisões de São Paulo ocorreram na PUC. Eram aqueles pilotis repleto de estudantes (2005, apud FRANÇA).

Acerca do impacto da ditadura na formação na ESS (PUC-RIO) e movimento estudantil ainda temos poucos dados que nos possibilitem avaliar com precisão esse processo repressão-resistência.<sup>3</sup>

A ESS-UFRJ foi dirigida por Maria Amélia Arrouzo desde a sua criação em 1937 até 1975. Para Arrouzo (2007), no período da ditadura não houve interferências das forças repressivas do estado na instituição. Entretanto, em 1966 ocorreu o Massacre da Praia Vermelha (1966) na UFRJ como relembra Ruth Gusmão, assistente social (formada na PUC-RJ) e estudante de Ciências Sociais na época:

(...) durante a invasão, pela Polícia Militar, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando fui espancada; vítima da truculência da Polícia Militar sobre um grupo de estudantes que participava de manifestação no pátio do Ministério da Educação e Cultura, o que trouxe sequelas físicas e exige permanente tratamento. O "massacre da Praia Vermelha", conhecido episódio do cerco e invasão da Faculdade de Medicina pela polícia, do qual participaram cerca de 600 estudantes, no qual estive presente, ocorreu em setembro de 1966 e significou uma resistência à ditadura pelo movimento estudantil e sua luta pela democracia e autonomia universitária a da UFRJ. (CFSS,2017, p.115).

Para Maria Inês Bravo (2007), não houve repercussão das publicações críticas da reconceituação na ESS-UFRJ no período de 1960-1970. No curso prevaleceu a perspectiva modernizadora, qual grande parte dos docentes foram colabores do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) nos documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré<sup>4</sup>.

Bravo (2007) ao abordar renovação crítica enfatiza dois aspectos que

---

<sup>3</sup>Encontramos no Relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que Thereza Aurélia Álvares Vidigal, assistente social foi professora no Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica em Minas Gerais (PUC Minas). Registra-se que Thereza, era militante da Ação Popular (AP) sendo foi presa em Minas Gerais. Em 1966, ela e seu companheiro João Fortunato Vidigal, ambos mineiros, se mudaram para o Rio de Janeiro. E foi nesse período, Thereza assumiu a docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e PUC-Rio e trabalhou no Banco Nacional de Habitação (BNH). No Rio de Janeiro, Thereza e João abrigavam militantes e realizavam grupos de estudos em sua casa. Em 1968, o casal é preso em função da Ação Penal nº 576/68-C.113, Thereza foi solta tem razão de hemorragia após um aborto sofrido.

<sup>4</sup> Participaram dos seminários -Maria Gloria Nin, Ferreira (todos) Tecla Machado Soeiro, do Teresópolis e Sumaré Leila Bugalho, Ana Estella Furtado, Maria Cristina Salomão de Almeida e Maria Augusta de Aguiar Ferraz Tempori, do de Sumaré. (BRAVO, 2007, p.59).

impulsionaram ao final da década 1970 na ESS-UFRJ: o primeiro foi a entrada de novos professores via concurso público que eram mais críticos como Maria Helena Rauta, Maria Durvalina Fernandes e Maria Almeida Lima. O segundo aspecto foi o protagonismo do movimento estudantil nas décadas de 1980-1990. Maria Helena Rauta afirma que ao assumir o cargo de professora na ESS-UFRJ, enfrentou dificuldades, pois era considerada comunista, pois, lia Paulo Freire e autores latino-americanos. Vejamos,

Um dia, uma professora me aconselhou a não deixar meus livros em cima da mesa ou não carregá-los no assento traseiro do carro. Eu estava sendo classificada de “subversiva” (...) havia ainda “olheiros”, e tínhamos sempre esperança de que estávamos sendo vigiados. E eram livros de autoria de Paulo Freire, alguns livros e revistas editadas pela ECRO. (RAUTA, 2007, p.41).

Ao longo da década 1980, com entrada de um quadro jovens professores e de fortalecimento dos movimentos sociais na redemocratização do Brasil, a modernização conservadora e a reatualização conservadora foram combatidas na ESS-UFRJ, desabrochando um novo horizonte na escola, articulado aos debates do CELATS, da tradição marxistas e as forças democráticas do país.

Em relação ao período do pós-1964 do golpe civil-militar na FSS-UERJ, o livro organizado pelas assistentes sociais que foram estudantes do período de 1965-1968 da Universidade Estadual da Guanabara (hoje denominada como Universidade Estadual do Rio de Janeiro), nos possibilita identificar processos de repressão-resistência no período inicial da ditadura. Nas palavras das autoras “Nossa formação em Serviço Social deu-se 1965 a 1968, período em que mundo lidava com guerra fria, intervenção militar dos EUA no Vietnam e os movimentos *antiestablishment* especialmente impulsionado pela busca de direitos” (GUERREIRO, et al 2019, p.9). Sobre o impacto da ditadura na FSS-UERJ, observa-se já impacto da Operação Limpeza e a repressão na direção do curso através da presença do “interventor” indicado por militares. Conforme relato das autoras citadas:

(...) havia também receio ou, mesmo, medo. Estávamos em plena ditadura, ano de 1966. O golpe havia sido em 64; a turma começa em 65. A direção da faculdade cabia a alguém indicado pelo governo militar. Independente da formação que tivesse— academicamente conceituado, mas no caso, presidindo um clube de futebol— não tinha nenhuma familiaridade alguma com as questões da área do Serviço Social.

Sobre o corpo docente da FSS-UERJ, aponta-se três posições: os omissos por posicionamento; os contrários ao regime militar que “havia escapado à degola geral, mas se manifestavam por parábolas ou metáforas”; e os que eram pró-ditadura, que “se sentiam donos da vida na faculdade” (GUERREIRO, et al 2019, p.87). Em relação à escolha profissional destaca-se Maria Freitas e Lucia Perez, ambas as professoras primárias eram vinculadas à Juventude Estudantil Católica (JEC) e desenvolveram ações educativas no meio rural pautadas no método de Paulo Freire.

O perfil dos estudantes do curso noturno da FSS-UERJ era formado por jovens mulheres trabalhadoras. As autoras também destacam que havia na época um curso matutino, cujo perfil também era jovens mulheres, contudo se diferenciava por ser em sua maioria oriundas de classe média alta que não precisavam trabalhar. Frisa-se que a FSS-UERJ era o único curso noturno da época. Esse perfil de estudantes trabalhadoras impulsionou as lutas por melhorias na formação pelo “Grupo do Paredão” que reivindicavam a abertura da biblioteca no horário noturno, denunciavam falta de sigilo no estágio do Juizado do Menor e reivindicavam melhores campo de estágios para estudantes trabalhadores (GUERREIRO et al, 2019, p.9).

Em 1967, organizam um jornal clandestino chamado o Grito, o qual inspirou a turma seguinte de 1968 a criar um jornal intitulado Berro, ambos jornais buscavam denunciar e reivindicar as questões da formação do Serviço Social na ditadura. O Grupo Paredão recebeu apoio e se articulou aos segmentos universitários que eram contrários à ditadura, como por exemplo integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Faculdade de Engenharia e do Sindicato de Médicos (GUERREIRO et al, 2019, p.9).

O grupo ganhou o Diretório Acadêmico (DA) da FSS-UERJ com a chapa “Trabalho e Integração” em 1967. Durante a campanha, os segmentos pró-ditadura acusam a chapa de ser financiada com dinheiro de Moscou, formada por pessoas perigosas que ocasionaram problemas na faculdade com a polícia (GUERREIRO et al, 2019). A Ditadura civil-militar buscava propagar a ideia de “inimigo interno” como justificativa para as ações repressivas do Estado. A primeira ação da chapa no DA foi a realização de um curso pré-vestibular popular financiado com arrecadações das

taxas recolhidas das matrículas. A partir de 1967, o DA envolveu diferentes manifestações contra a ditadura, colocando cartazes sobre a morte de Che Guevara, na organização dos estudantes FSS-UERJ para passeata da morte do estudante secundarista Edson Luís, que posteriormente foi homenageado com seu nome na cantina. Em relação à incidência do Movimento da Reconceituação latino-americana, já se identifica esta influência no período. A turma noturna (1965-1968) indicou Dom Helder Câmara como patrono e Seno Cornely para paraninfo, houve tentativas de proibição de ambos. As estudantes da época colocam

Conhecemos o professor Seno, gaúcho, num seminário fora; conversei com ele sobre possibilidade de palestra na faculdade, e ele se prontificou. A diretoria montou o curso. (...) Esse curso causou certa resistência do corpo docente e do diretor, que taxou nosso grupo mais uma vez, de “comunista”. (GUERREIRO et al, 2019, p.89).

Cornely foi importante liderança do Movimento de Reconceituação, que constitui a partir da Escola de Porto Alegre uma nova tendência profissional progressista denominada Reformismo Reconceituador, articulada ao debate da unidade do Serviço Social latino-americano, sendo anterior ao Seminário de Araxá em 1967. A gênese Reformista articula os debates cepalinos e da AP. Sua proposta visava sintonizar a profissão com as demandas do “desenvolvimento-subdesenvolvimento” da América Latina, dialogando com as reivindicações das classes populares vinculadas às reformas democráticas (SCHEFFER, et.al, 2021).

Já na conjuntura da década 1970, no documentário “Faculdade de Serviço Social-70 anos”<sup>5</sup> temos depoimentos de ex-estudantes que relataram sua formação na década de 1970-1980. Mary Jane de Oliveira Teixeira, atualmente professora da FSS-UERJ, formada em 1973, relata que sua turma tinha militantes de resistência à ditadura e que faziam oposição à reitoria comandada por militares e, inclusive, relata desaparecimento de colegas. Sobre a formação, indica presença de questionamentos sobre o Serviço Social norte-americano via propostas latino-americana. Neste caminho, identificamos, em nosso levantamento inicial um boletim de 1978 denominado BISS (Boletim Informativo de Serviço Social) criado pelo Grupo de Estudos de Serviço Social (GESS), construído por ex-estudantes em 1974, cujo objetivo era reunir os estudantes e profissionais para debater as propostas latino-

---

<sup>5</sup>[Faculdade de Serviço Social - UERJ - 70 anos - YouTube](#)

americana do trabalho profissional. A partir do estudo preliminares do período de 1965-1978 verifica que movimento estudantil da FSS-UERJ se constitui num vetor de resistências na Ditadura civil-militar, que simultaneamente, se expressou na recusa aos fundamentos do Serviço Social tradicional-conservador e na busca por diálogos com os interlocutores do Movimento de Reconceituação. Tais aspectos ganharam amplitude e legitimidade na conjuntura da redemocratização do país, alicerçados no “Congresso da Virada”, de 1979, no livro de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, “Serviço Social e Relações Sociais no Brasil”, de 1982 e, em especial, a partir da Greve de Estudantes da UERJ, de 1982. De acordo com BRANDT (2005) e CISLAGHI & BRANDT (2014), este episódio consistiu em uma resposta dos estudantes da FSS-UERJ à demissão das professoras Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia e Maria Helena Rauta Ramos e a não renovação do contrato da professora Rose Mary Souza Serra no ano de 1982, tomada pelo diretor da unidade na época, o filósofo Aquiles Cortes Guimarães. O movimento, que iniciou com a readmissão das professoras vinculadas ao processo de renovação da profissão no país, rapidamente se ampliou, resultou em greve dos estudantes do curso, mobilizações dentro e fora da universidade e, finalmente, com a deflagração da greve estudantil da UERJ, no dia 29 de abril de 1982.

A Escola de Serviço Social (ESS) de Niterói da Universidade Federal Fluminense foi criada em 1945 incentivada por integrantes da Legião Brasileira de Assistência Social liderada por Alzira Vargas. Segundo Freitas (2022) a partir de 1955 recebeu-se a influência norte-americana na ESS-UFF, após a regulamentação do ensino que passou a ser classificado em cátedras de Caso, Grupo e Comunidade.

A ESSN-UFF a partir dos anos 1950 até 1964, teve importantes vinculações com o pensamento de esquerda, em especial com os movimentos progressistas da Igreja Católica, por meio do segmento da Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP), que influenciou estudantes de Serviço Social do período, os quais “exigiam uma mudança na análise da realidade e das questões sociais brasileiras, bem como no atendimento social a pobreza fluminense (GOMES, 1997, p.181).

Gomes (1997) enfatiza que na formação havia a disciplina Economia Política e Social do currículo de 1956 vigente até início dos anos 1960 já fazia referência ao marxismo. Acerca da produção de conhecimento sobre a pobreza no período, era oriunda principalmente dos debates da CEPAL sobre subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e marginalidade social; do Banco do Desenvolvimento Nacional (BNDE) de inspiração keynesiana; e da “ala da esquerda” do Instituto Superior de Estudos Brasileiros ISEB. A doutrina do desenvolvimento foi construída nessa confluência dessas correntes que impulsionaram uma ação política voltada para o estímulo da industrialização e da modernização do campo.

Destacamos Suely Gomes Costa, estudante de 1959-1962, representante do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DANK) e integrante da AP que, após formada torna-se docente do curso de Niterói. Para Costa (1993 apud Gomes, 1997, p.97-98) o Partido Comunista Brasileiro (PCB) da época era extremamente manietado pelo centralismo democrático e, eram pessoas com pouca liberdade de pensar”. Já AP, considerava um movimento marxista de esquerda que eram “libertável, era movimento crítico”. Conforme Freitas (2022, p.1)

Em pleno regime militar, esta mulher assume a direção da escola que, mantendo uma inserção intensa na vida cultural e política do município, era tida, naquele momento como o “Moscouzinho de Niterói”. A título de curiosidade, logo após o Golpe Militar de 1964, a escola exibiu uma faixa preta de protesto que cobriu o prédio, ato político organizado pelo do DAMK (Diretório Acadêmico Maria Kiehl). Em sua dependência, estudantes se organizaram e protestaram, afirmando a postura crítica sempre presente na Escola, que se caracteriza por práticas plurais e comprometidas com a formação dos alunos e da organização da proteção social no município. (2022, p.1);

Destaca-se que apesar das divergências e disputas entre os segmentos católicos e comunistas no interior do movimento estudantil – buscava-se uma estratégia de unificação dos estudantes em torno de bandeiras comuns, especialmente sobre democratização da sociedade e do ensino superior, a reforma agrária e a difusão do projeto de alfabetização de Paulo Freire (CLOSS, et.al, 2021). Para Costa (1995 p.71), a ESSN-UFF teve influência das experiências do MEB, do método de alfabetização de Paulo Freire e da Ação Popular (AP) qual grande parte do Diretório Acadêmico eram membros dessa organização. Em 1963, Herbert de Souza, liderança da AP, foi conferencista na ESSN-UFF.

A respeito dos impactos da ditadura na ESSN-UFF, ainda serão investigados

na próxima etapa pesquisa por meio do trabalho de campo na documentação da instituição e por meio de entrevistas com os estudantes e profissionais do período.

### **Considerações finais:**

Nessa etapa exploratória da pesquisa buscamos dar visibilidade as tendências dos processos de erosão do Serviço Social tradicional-conservador no Rio de Janeiro e os impactos da ditadura brasileira na formação. A partir dos resultados preliminares pudemos observar que as tendências das forças das resistências, qual destacou-se atuação do movimento estudantil do Serviço Social. Apesar das forças de resistências a ditadura não serem hegemônicas no período na profissão, entendemos que importante evidenciar-las. No final dos anos 1970 sob marco do Congresso Virada é evidência a renovação crítica profissional apoiada na rearticulação do movimento estudantil num contexto de ebulição nacional dos movimentos sociais na redemocratização do Brasil.

### **Referências:**

AMMANN, Safira. Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROYO, Maria Amélia. História vividas, Memórias presentes. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007.

BRANDT, Daniele Batista Brandt. Estamos em greve: o significado da greve estudantil de 1982 na UERJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

BRAVO, Maria Inês. Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ. IN: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007

CISLAGHI, Juliana Fiuza & BRANDT, Daniele Batista. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: VELOSO, Renato dos Santos et al (Orgs.). *Trajatória da Faculdade de Serviço*

*Social da UERJ: 70 anos de história.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.107-130.

CLOSS, Thaisa, SCHEFFER, Graziela, ZACARIAS, Inez, MIZOGUCHI, Jessica. *Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista.* In: SCHEFFER, G., CLOSS, T., ZACARIAS, I. *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre educação popular.* Curitiba: 2021

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional.* São Paulo: Cortez, 1997.

Escola de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense. A história da Escola de Serviço Social da UFF n: [Escola de Serviço Social \(uff.br\)](http://www.escola.ufrj.br/);

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FRANÇA, Julia de Paula. "PUC TERRITÓRIO LIVRE": O CASO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA PUC-RIO NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR. In: [Professores | Núcleo de Memória \(puc-rio.br\)](http://www.puc-rio.br/) Acesso julho de 2022.

GOMES, Leila Maria Alonso. *Proteção Social no Estado do Rio de Janeiro de 1954-1964.* Niterói: EDUFF, 1997

Guerreiro, Eliud, PEREZ, Lucia, FREITAS, Maria C. CAVALCANTE, Miriam. *Nossa memória de muitos: 1965-1968* UEG Faculdade de Serviço Social.

GUSMÃO, Rute. Depoimento. In: *Serviço Social, memórias e resistências contra ditadura.* Brasília: CFESS, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.* São Paulo: Cortez. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica. *A história pelo Avesso- a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo, Cortez, 2021.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1974.*

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Minas Gerais. Governo do Estado. Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341 p.



20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 1).

Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC- RIO).PUC- RJ. Relação dos trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social. in: [Bancas Examinadoras de Trabalho de Conclusão de Curso realizadas em 1963: \(puc-rio.br\)](#). Acesso: julho de 2022

RAUTA, Maria Helena. Marcas e marcos para construção da história da ESS-UFRJ. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Justina. Estudantes e política- Estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez. 1989.

SCHEFFER, G., CLOSS T., ZACARIAS, I. R. E MIZOGUCHI, J. F. O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social brasileiro. In: Iamamoto, M.V e Santos C.M. (org) *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Brasil, Cortez.2021.